



Faltam-nos recursos financeiros e capacitação de gestão para que seja entregue o necessário e o planejado

POR EDUARDO JOSÉ BERNINI*

Governança Corporativa em tempos de guerra

Como o personagem vivido por Ricardo Darin em “Un cuento chino”, desde a fase das primeiras letras carrego comigo a compulsão de buscar nos jornais os fatos inusitados e, na sequência, estabelecer a correlação entre eles – ou, como ouvi de amigos da imprensa, fazer o “liga-ponto”. Essa não é uma tarefa simples: a memória nos prega peças o tempo todo.

Nos tempos pré-internet, essa tarefa envolvia a logística infernal de manter, atualizar e indexar a hemeroteca por temas e processos. De alguma forma, todos os processos se mostravam ineficientes. E, antes que algum cinéfilo de plantão cometa uma sinapse indevida, não era nada parecido com o taxista Jerry Fletcher vivido por Mel Gibson no filme de 1997, “Teoria da Conspiração”. Apenas puro diletantismo.

Mas veio a internet e a vida ficou muito fácil. Basta um pouco de tempo, paciência e foco para construir uma educativa panorâmica de como a cada dia, por vezes, mais de uma vez por dia, coerência e recorrência são testadas quando as informações são vistas no conjunto – embora, quando olhadas individualmente, muitas vezes se mostrem irrelevantes. Assim, o velho chiste “jornal de ontem só serve para embrulhar o peixe de hoje” não vale mais na era do mundo virtual. Enquanto houver energia elétrica no mundo, a memória de elefante da teia global estará à disposição.

Todas essas considerações são decorrentes de um projeto de pesquisa sobre “governança corporativa em tempos de guerra”, que me levou a analisar o noticiário sobre os desdobramentos da então MP 579, hoje Lei 12.783, sancionada em meio à crise dos reservatórios das hidrelétricas. Curiosamente, temas abordados pela imprensa de



Governança Corporativa, por mais exotérica que muitos a considerem, não é um assunto restrito a empresas, corporações, investidores e assemelhados

maneira isolada, embora tenham, entre si, forte correlação, inclusive quanto às consequências no mercado de capitais e na macroeconomia do País.

A primeira constatação foi a de que, desde os tempos do racionamento de 2001/2002, não se publicou tanto (em sentido amplo, incluindo rádio, TV e mídia eletrônica) sobre um assunto de natureza tão complexa e multifacetada. Sobre o qual, digase de passagem, os próprios especialistas mostraram um diálogo com protocolo de comunicação (incluindo este escriba) não convergente.

Não tenho como aferir qual foi o conteúdo fixado pelo leitor. Mas, tenho condições de intuir esse conteúdo a partir de uma amostra nada científica, extraída de “civis” que me dirigiram perguntas confiando na minha experiência de “combatente-especialista”. É possível que uma pesquisa mais ampla e científica seja capaz de revelar resultados surpreendentes. Por exemplo, como um evento técnico pode ter se transformado em parte de um grande samba multirracial escrito por personagens emocionalmente afetados.

Talvez este seja o ângulo mais interessante do enredo: como a percepção fracionada, imprecisa e, de um modo geral, desprovida da memória do dia anterior, acabou por formar “opiniões” e provocou reações (algumas indignadas, outras conformadas, outras claramente despertas identificando oportunidades de toda natureza, tanto dentre os “do contra”, quanto dentre os “do a favor”).

É preciso reconhecer que a imprensa diária fez um grande trabalho: ouviu e repercutiu a posição do governo, setores produtivos, prepostos da indústria de energia, investidores, consultores,

especialistas e não especialistas - até daquela senhora que vive a 500 metros da linha eletrizada e sonha com uma geladeira para preservar a comida e viver mais dignamente. Todos aqueles que quiseram falar, falaram, em on ou em off.

Por isso, olhando a panorâmica de cima da ponte, dá para perceber que o rio não foi a água que passou, mas o lago que se formou



com o contraditório, rico em nutrientes na forma de lições do que fazer e do que não fazer. Assim, vida longa à imprensa livre!

Mas as águas não param. Venham as chuvas ou não, as térmicas continuem em operação ou não, o mundo continuará a girar. E, por essa razão, tomo emprestado um chiste de Luiz da Câmara Cascudo, citado por Pedro Malan em um recente artigo: “o Brasil não tem problemas, apenas soluções adiadas”.

Ontem, estávamos nos divertindo à beça, dando palpites, arriscando previsões, alertando sobre riscos. Hoje é o fato; o passado passou e o futuro a Deus pertence, como diria um ex-ministro de antanho.

E o dinheiro?

Cabe agora, então, cuidar do rescaldo, pois o presente é momento. E, continuando a parafrasear, ‘a solução adiada’ continua a mesma: como serão originados os recursos financeiros para manter, operar e expandir o sistema elétrico brasileiro, para saciar a fome “energívora” do nosso comércio, indústria e serviços, além de levar energia elétrica de qualidade àquela senhora da chapada baiana que sonha com uma geladeira? Por que é disso, de fato, que estamos tratando: não nos faltam recursos naturais e quero crer que nem tecnologia e engenharia. Faltam-nos recursos financeiros e capacitação de gestão para que seja entregue o necessário e o planejado.

A ‘solução adiada’ se resume à mobilização adequada de meios que qualifiquem e viabilizem a função-objetivo que se pretende atingir, nas condições de contorno do possível e do real. É clássico na literatura sobre governança corporativa que a definição clara da função-objetivo da empresa mitiga conflitos de agência (entre

o principal, acionistas, e os agentes, administradores) e permite o alinhamento de interesses, de curto, médio e longo prazo, reduzindo riscos de expropriação de capital. (Ou em versão mais ampla, externalidades negativas que afetam partes relacionadas – stakeholders - que não se apropriam dos benefícios e resultados do negócio).

Usualmente, empresas privadas assumem que sua função-objetivo é a maximização do valor do negócio no longo prazo, o que passa a ser o critério na tomada de decisão, nos ensina Alexandre Di Miceli em “Governança Corporativa no Brasil e no Mundo”. Mas, como definir a função-objetivo de um setor, *mezzo* público, *mezzo* privado, com forte intervencionismo estatal e paraestatal, regulado até a medula, e com um elenco de stakeholders mais amplo e diversificado do que a lista telefônica de Manhattan nos tempos pré-celular? Como conciliar “valor do negócio no longo prazo” com “a promoção de políticas públicas que maximizem o bem estar-social”?

Se há um resultado que a pesquisa sobre “governança corporativa em tempos de guerra” já revelou é que, entre 06/09/12 e 10/01/13, o valor total de mercado (proxy razoável do valor do negócio) de 34 empresas do setor elétrico listadas na BM&FBovespa passou de R\$ 206,4 bilhões para R\$ 169,17 bilhões (-18,03%), ou seja, simplesmente R\$ 37,2 bilhões evaporaram, de acordo com levantamento da Economatica. Uma coisa desse tamanho deixa marcas: alguém vendeu e perdeu; alguém comprou e não sabe bem o que vai ganhar, se a função-objetivo não ficar clara e explícita.

Repetindo: o nome do jogo chama-se “funding”, e “funding” significa que alguém irá prover recursos financeiros, poupança, ou o nome que se queira dar, que é o “combustível” que não poderá faltar para que a locomotiva da cadeia produtiva da indústria de energia elétrica não fique parada em algum desvio. Não podemos - e nem devemos - nos permitir o luxo de pensar que isso não é uma ‘solução adiada’, pois o “tesouro” irá prover: o “tesouro” não provê, ou o “tesouro” apropria da sociedade recursos financeiros diretamente por meio de impostos ou pinta de colorido as cédulas que irão apropriar valores, indiretamente, pela inflação, sobretudo das famílias, como gostam em dizer os economistas.

Governança Corporativa, por mais exotérica que muitos a considerem (o que é um erro que pode ser fatal), não é um assunto restrito a empresas, corporações, investidores e assemelhados. É um assunto que diz respeito aos “stakeholders”, e não há atividade que tenha um elenco de partes tão interessadas como o fornecimento de energia elétrica em uma sociedade engajada em uma revolução permanente e eletrizante.

Além de pensar seriamente nos megawatts presentes, passados e futuros, é bom tomarmos uma lição com a menina da bilha de leite do conto de Jean de La Fontaine: sonhar com os milhões de megawatts e derrubá-los no caminho do mercado por falta de recursos financeiros é um perigo, real e imediato. Sendo assim, não há como deixar de recomendar que “governança corporativa” incorpore-se ao planejamento energético como um tema realmente estratégico e crítico. Antes agora, do que nunca.

E para fechar, um clássico, para reflexão e encantamento, a ária “La mamma morta”, da ópera “Andrea Chénier”, de Umberto Giordano:

“La mamma morta m’hanno / alla porta della stanza mia / Moriva e mi salvava! / poi a notte alta / io con Bersi errava, / quando ad un trato / un livido bagliore guizza / e rischiara innanzi a’ passi miei / la cupa via! / Guardo!”

(“Eles mataram minha mãe, à porta do meu quarto. Ela está morta e me salvou. Em seguida, no meio da noite, vagava pelas ruas com Bersi, quando de repente um pálido brilho cintila; luzes à minha frente iluminam a rua escura. Eu as contemplo...”)

*Eduardo José Bernini, economista e admirador de clássicos realmente eternos.